

Conferência de Imprensa



A **AOFA**, **ANS** e **APA** promoveram uma Conferência de Imprensa que teve lugar na Sala Mouraria do Hotel Barcelona, no dia 14 de Fevereiro de 2005, pelas 18H00, subordinada ao tema:

RESPEITO – DIGNIDADE – MOTIVAÇÃO

Do qual imanaram um comunicado conjunto. O objectivo, esse era fazer o ponto de situação dos desafios que se vêm colocando na área de pessoal das Forças Armadas e do arrastamento de muitas questões com ela relacionadas ao longo dos anos sem soluções ou perspectivas, inclusivamente ao arrepio da Lei.

COMUNICADO

A omissão dos responsáveis políticos em relação aos desafios que se colocam ao País no que respeita à motivação das Forças Armadas e consequente necessidade de urgente resolução dos graves problemas que afectam o seu pessoal, justificam a expressão de enorme preocupação dos militares que representamos face ao futuro de Portugal enquanto Estado independente e capaz de assegurar efectivamente os Interesses de Segurança dos Portugueses.

Vem sendo amiúde noticiada a aquisição de novos equipamentos para as Forças Armadas ou mesmo, até, aí com muito menor frequência, a entrega de alguns desses equipamentos.

No entanto, essas notícias não indiciam só por si que as Forças Armadas vão ver assegurada, de imediato ou a curto prazo, a operacionalidade que todos desejam.

Com efeito, conforme reconheceu o CEMFA no Dia da Força Aérea em 2004, a situação caracteriza-se pela “contenção dos meios financeiros públicos, nomeadamente os consignados à Defesa Nacional...”, factor que, associado “à carência de recursos humanos, conjuga-se no sentido de entender como uma realidade o facto de, nos últimos anos, não ter sido possível à Força Aérea voar o número de horas considerado desejável para garantir o grau de prontidão internacionalmente recomendado”.

Por outro lado, o que nos adianta termos novos equipamentos se os militares não forem motivados pelo reconhecimento dos seus direitos, nomeadamente o da dignidade que deve ser inequivocamente associada à sua condição?

Ora, conforme reconheceu o CEMGFA no Dia das Forças Armadas em 2004, se as Forças Armadas “precisam...que os seus elementos tenham o patriotismo que os disponha a sacrificarem a vida pelo seu País, quando necessário, e o adequado espírito de cidadania, comportando deveres, mas, simultaneamente, os direitos que lhe devem ser reconhecidos” acontece que, na sequência de medidas que não tiveram em devida conta os reflexos que mais tarde surgiriam, “...o resultado...está bem ilustrado no avolumar de problemas que actualmente suscitam a maior preocupação”.

A nós, militares, não interessa quem detém o Poder, mas consideramos essencial que, seja ele exercido por quem for, se respeite o estatuto da condição militar e os enquadramentos legais a ele associados.

À semelhança do que sucedeu com Governos anteriores, nos últimos três anos, para além de não se ter concretizado a prometida reforma das Forças Armadas (que se espera venha a reflectir-se beneficentemente nos seus recursos humanos), muito pouco se fez na área do pessoal.

Na realidade, a reconhecida necessidade, várias vezes proclamada pelos responsáveis do MDN, de resolver gritantes situações de injustiça (algumas delas, é bom que se diga, vindas de outros Governos), raramente passou da fase de projectos de diplomas (aliás insuficientes e acarretando, nalguns casos, consequências perversas).

Aliás, o destino que até agora mereceu a petição apresentada à Assembleia da República em Maio passado pelas associações profissionais de militares ilustra perfeitamente qual foi a postura do Poder Político, nas vertentes executiva e fiscalizadora, perante as questões suscitadas pelos Oficiais, Sargentos e Praças através dos seus representantes: ignorar e adiar enquanto for possível, levando a que muitos possam pensar que se pretende tão-somente iludir os que procuram encontrar soluções para problemas que causam danos não negligenciáveis no moral e coesão das Forças Armadas.

E, por inacreditável que possa parecer, não cumprindo a Lei, nem respeitando até (o que é feito utilizando o expediente da não homologação), quando estes se revelam incómodos, os pareceres do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República solicitados pelo próprio MDN, o que reflecte uma crise profunda no Estado pelo que configura de menor consideração pelo Poder Judicial.

Daí que os militares sintam a necessidade de reafirmar a sua exigência de respeito pelas Forças Armadas, pelos seus valores, pelas suas capacidades e organização e pela sua disciplina, o que passa também, incontestavelmente, pelo efectivo reconhecimento da dignidade de que se reveste a condição militar, reconhecimento que, mais uma vez, ficou, na prática, lamentavelmente por fazer.

Apesar dos contactos encetados estiveram apenas presentes os órgãos de Comunicação Social, Correio da Manhã e RTP1, salientando-se a reportagem que passou no canal 1 da RTP durante o noticiário daquele dia. Com efeito, mais uma vez se constata o bloqueio, fundamentalmente à forma como são tratados na imprensa os assuntos das Associações Militares.✘

Assembleia Geral

Realizou-se nas instalações da Cooperativa de Consumo Piedense na Cova da Piedade no dia 26 de Janeiro de 2005 com início às 19.00 horas a Assembleia Geral da Associação de Praças da Armada, conforme a convocatória publicitada no número 1 da Revista "Alcaxa" e na página oficial da Associação. Para efeitos de coordenação e de acordo com o artigo 22º dos estatutos a assembleia teve início meia hora após a hora marcada (19:00h).

Foi com apreço que registámos a participação de tantos camaradas como de outras vezes, que prescindiram da seus afazeres pessoais em detrimento da sua participação nesta assembleia, até porque importa realçar, que neste dia e praticamente à mesma hora se realizava um meia-final da taça de Portugal em futebol.

Os assuntos de acordo com ordem de trabalhos potenciavam uma maior aderência, não estivesse em discussão entre outros a aprovação da edificação da Carreira das Praças da Armada, tal qual, conforme tinha sido acordado pela altura da realização do 2º Congresso Nacional.

Depois de lida a ordem de trabalhos, foi com alguma emoção e nostalgia que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral o camarada António Taveira proferiu algumas palavras a esta assembleia, passando de seguida o testemunho ao vice-presidente deste órgão o camarada José Frutuoso. Esta mudança estatutária prendeu-se com o facto da sua ascensão à classe de Sargentos. Por tudo o que este camarada fez em prol dos interesses das Praças da Armada é com grande regozijo que a Revista Alcaxa se despede com um até breve, "*Sabemos que podemos contar sempre contigo*".



Depois desta passagem do testemunho deixando para trás os laivos de emoção sentidos por todos os presentes e já com o novo presidente em funções passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos; a apresentação e votação do Relatório e Contas de 2004. Este relatório visava dar a conhecer a vida da nossa Associação e incitava que os Associados

não se limitassem a tomarem conhecimento dos factos, mas antes a terem sobre os mesmos uma atitude crítica, pois ao avaliarem de forma construtiva a actividade desenvolvida permitir-nos-ia emendar, sendo caso disso as medidas até então seguidas. Foi neste espírito de abertura que se relatou o que de mais importante aconteceu ao longo do ano.

Depois da explicitação minuciosa por parte do Presidente da Direcção, foi colocado à votação este relatório sendo aprovado por unanimidade.

O segundo ponto da ordem de trabalhos, apresentação e votação do Plano e Orçamento para o ano de 2005, que tendo por linha de orientação o último relatório e contas, foi apresentado e explicado tendo por objectivo principal a continuidade do trabalho efectuado se possível reforça-lo permitindo deste modo que os problemas e anseios da classe possam ser levados a bom porto. Foi de igual modo aprovado por unanimidade.

Já com algum cansaço mas sem ninguém desistir, o terceiro ponto da ordem de trabalhos, edificação da Carreira das Praças da Armada foi assim apresentado e dissecado pelo Presidente da Direcção e por um elemento da Comissão de Carreiras o camarada Faleiro. Importava acima de tudo que os camaradas entendessem que esta proposta aparece como uma alternativa àquelas Praças que ficando sem ascensão de carreira possam contudo ter uma carreira digna na classe de praça. Ela visa numa primeira fase o incentivo aos militares oriundos do regime de contrato, após ingresso nos QP. Aos marinheiros a definição do tempo máximo para promoção a Cabo, era imperioso que assim se procedesse, permitindo assim que possam efectuar um percurso pelos 7 escalões. Por fim potenciou-se a criação de um outro posto, (Cabo-Mor) com três escalões, embora o acesso a este posto não possa ser alcançado por todos, essencialmente pelo número de vagas e de funções que este posto irá ter. Também uma nova reformulação das funções do posto de Marinheiro e de Cabo foram equacionadas. Esta proposta foi aprovada por maioria, com 90% dos votos a favor e 0% de votos contra. No próximo número da Alcaxa será apresentada em pormenor a presente proposta.

Por fim, no quarto ponto (assuntos diversos), foram abordados alguns temas de onde se destacou a necessidade de uma maior interacção entre a direcção da APA e os Delegados e Colaboradores de Unidades. Não havendo mais solicitações para intervir, o Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada esta assembleia às 23:20H. ✖

APA

Delegação Margem Sul

Camaradas, chegou a hora de a APA dar mais um passo na concretização das suas aspirações, o qual passa pela descentralização dos serviços administrativos e da assistência deontológica e profissional à classe em geral e aos associados em especial, que se encontram a residir na margem Sul do Tejo e que prestam serviço na Base Naval de Lisboa (Alfeite), alargando assim a sua abrangência na aproximação aos interesses dos Associados. Para a concretização deste passo, a direcção da APA encetou contactos com a C.M. de Almada e C.M. do Seixal no sentido de que estas possam disponibilizar um espaço que se possa adequar ao funcionamento de uma pequena delegação. Esperamos assim que o desenlace final seja favorável e que a breve trecho a Delegação da Margem Sul seja uma realidade.

Novas Comissões de Trabalho

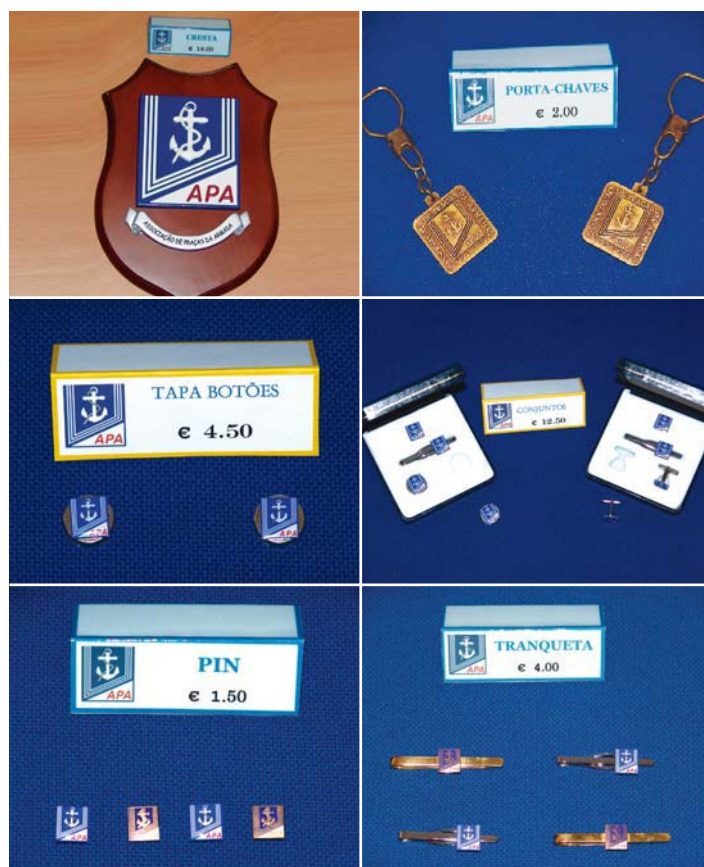
No prosseguimento do bom trabalho desenvolvido pelas comissões de trabalho permanentes criadas aquando do 1º Congresso Nacional, a direcção da APA com o objectivo estudar e desenvolver matérias sobre alguns temas que carecem de aprofundamento de modo a poder contribuir com propostas de alteração em áreas vitais e tendo por base a defesa dos interesses das Praças da Armada, decidiu criar quatro novas comissões de trabalho de carácter não permanente, as quais são:

- Sistema de Avaliações;
- Regulamento de Disciplina e Código de Justiça Militar;
- Estatuto dos Militares das Forças Armadas;
- Condição Psíquica e Física do Militar.

Apelamos ao empenho e dedicação dos Associados no sentido de se disponibilizarem para integrar estas

comissões, dado que cada uma delas necessita de cinco elementos para poderem funcionar, assim dando o seu contributo em defesa dos interesses da classe. Informamos de igual modo que em relação à comissão de **Higiene e Segurança no Trabalho** também a vossa presença é bem vinda, pelo facto de ainda não estarem reunidas o número suficiente de Praças.

Artigos Alusivos à APA



Estes artigos encontram-se disponíveis para venda na sede da APA. Futuramente também junto dos Delegados e Colaboradores de Unidades. Informa-se que se envia à cobrança para qualquer ponto de Portugal Continental, Ilhas e Estrangeiro, acrescido dos respectivos portes.

OBITUÁRIO

SÓCIO 631 – 313679 CAB V – ARMANDO ANTÓNIO MARTINS MORAIS

SÓCIO 1543 – 196465 CAB O – VICENTE MENDES COXINHO

ÀS FAMÍLIAS ENLUTADAS AS NOSSAS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS